

A NECROPOLÍTICA BRASILEIRA E CIDADANIA PRECÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

João Bosco Vieira de Almeida Filho (autor)

Graduando do curso de Psicologia da Universidade Potiguar

joaboscopsi@hotmail.com

Maurício Cirilo da Costa Neto (coautor)

*Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

maucirilopsi@gmail.com

*Simpósio Temático nº 40 – VIOLÊNCIAS, MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA
E PANDEMIA: NOMEAÇÕES, POLÍTICAS E ENFRENTAMENTOS.*

RESUMO

O presente trabalho apresenta o relato de experiências de estágio de Psicologia em equipamento de referência para pessoas LGBTQIA+ na cidade de Natal do estado do Rio Grande do Norte durante o ano de 2021. A inauguração do Centro Municipal de Cidadania LGBT+ de Natal ocorreu em setembro de 2020, durante a pandemia de Covid-19 que atingiu todo o planeta, em especial o Brasil, tendo em vista a política adotada pelo governo brasileiro por meio de estratégias negacionistas. Apesar dos tímidos avanços em termos de garantia de direitos, é assegurada às pessoas dissidentes de sexualidades e de gêneros uma cidadania precária, principalmente em um contexto no qual há a intensificação de políticas LGBTfóbicas no país desde a desestabilização política promovida em 2016. Durante as experiências no Centro, foi possível acompanhar as violações de direitos que expressam a necropolítica brasileira que atinge pessoas LGBTQIA+, como a própria violência institucional vivenciada por casos acompanhados. Às condições de vulnerabilidade psicossocial a que são submetidas se soma a patologização das subjetividades e medicalização das vidas, levando em consideração os marcadores sociais que se inserem. Por fim, a Psicologia enquanto ciência e profissão aliada aos demais saberes psis operou enquanto tecnologia de regulação, controle e patologização de subjetividades. É urgente problematizar o modo como a sociedade e a Psicologia têm se posicionado diante das questões relacionadas às vidas LGBTQIA+, em especial no que concerne às violações de direitos e violências perpetradas diante do cenário de intensificação do neoliberalismo e recrudescimento do conservadorismo.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Necropolítica. Cidadania.

ABSTRAT

The present work presents the report of a Psychology internship experience in a public social services center for LGBTQIA+ people in the city of Natal, during the year of 2021. The inauguration of the Centro Municipal de Cidadania LGBTQ+ de Natal (Natal Municipal Center for LGBTQ+ Citizenship) in September 2020, was met with the Covid-19 pandemic, which affected the entire planet, especially in Brazil, as a result of the negationist political strategy adopted by the Brazilian government. Despite timid advances in terms of securing rights, people of dissident sexuality and/or gender have guaranteed only a precarious citizenship, especially in the context of anti-LGBT policies intensification in the country since the political destabilization occurred in 2016. Through the experiences gathered in the Centro LGBTQ+, it was possible to keep track of the rights violations that show the Brazilian necropolitics towards LGBTQIA+ people, such as the institutional violence experienced by the monitored cases. In addition to the conditions of psychosocial vulnerability to which they are subjected, there is also the pathologization of subjectivities and the medicalization of lives, taking into account the social markers that are part of it. Finally, Psychology as a science and profession, allied to other human psych sciences operated as a technology for the regulation, control and pathologization of subjectivities. It is urgent to problematize the way society and Psychology have positioned themselves on issues related to LGBTQIA + lives, especially regarding rights violations and violences perpetrated in a framework of neoliberalism intensification and conservatism resurgence.

Keywords: Covid-19 pandemic, necropolitics, citizenship.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de um relato de experiência de estágio supervisionado de Psicologia vivenciado no Centro Municipal de Cidadania LGBTQ+ de Natal do estado do Rio Grande do Norte durante o ano de 2021. Por meio das experiências no decurso do estágio pôde-se produzir diversas reflexões acerca do exercício da cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans, Queers, Intersexos e Assexuais (LGBTQIA+), sobretudo de transexuais e travestis. Utiliza-se da noção de necropolítica, cunhada pelo teórico camaronês Achille Mbembe (2018), para analisar as configurações de poder no

Brasil contemporâneo que precarizam a vida de determinados grupos sociais, os expondo à barbárie e à morte.

No Brasil, em relação aos direitos baseados na busca pela equidade social, é notória a negligência do Estado, uma vez que os direitos alcançados são resultados de decisões da justiça brasileira e não da aprovação de novos marcos legais que induzam a implementação de políticas públicas efetivas que possam ser planejadas, desenvolvidas e avaliadas de acordo com as necessidades sociais da população LGBTQIA+.

A despeito das condições em que os direitos foram garantidos, os precedentes jurídicos criados a partir de decisões baseadas na efetivação dos Direitos Humanos, especialmente as do Supremo Tribunal Federal (STF), se tornam de extrema importância para pessoas LGBTQIA+ e acabam por servir de suporte para a conquista de determinados direitos como o casamento civil igualitário, a adoção por casais do mesmo gênero, a alteração de prenome e identidade de gênero no registro civil e a criminalização da LGBTIfobia.

Em relação à saúde, direito cujos grupos demandam bastante atenção e que historicamente serviu para a patologização de suas vidas e subjetividades, algumas conquistas vêm sendo obtidas. Outros segmentos como a educação encaram ainda mais resistência por parte da sociedade do Estado para a construção de um ambiente educacional que enfrente as diversas formas de opressão, promova educação sexual e de gênero e possibilite o pleno desenvolvimento de subjetividades e identidades de crianças e adolescentes em meio a um espaço acolhedor e libertador.

Portanto, é incontestável que a estes sujeitos lhes são negados espaços públicos, direitos básicos, como a moradia e convivência familiar e comunitária, e, inclusive, a existência, dirimindo as possibilidades de uma cidadania. Mantendo-se nesse raciocínio, pôde compreender a atuação dos movimentos sociais e coletivos para a inclusão de pautas na agenda de políticas públicas, sabendo que o Centro LGBTQ+ de Natal é fruto de reivindicações históricas dos movimentos sociais locais. Nesse sentido, o equipamento por muito tempo foi uma bandeira de movimentos sociais e com a sua abertura se tornou o primeiro Centro de Cidadania LGBTQ+ do Estado do Rio Grande do Norte, sendo um marco para a população LGBTQIA+ potiguar (SEMDES, 2020).

Então, o objetivo do artigo é refletir acerca do exercício de cidadania pela população LGBTQIA+ na cidade de Natal, levando em conta as configurações de poder no capitalismo neoliberal e contemporâneo brasileiro, a partir das experiências vivenciadas ao longo do estágio profissionalizante em psicologia. Diante deste cenário emerge os movimentos sociais e coletivos políticos LGBTQIA+, protagonistas na luta pelo reconhecimento social e garantia de direitos.

A CIDADANIA LGBTQIA+ NO BRASIL

A cidadania LGBTQIA+ no Brasil é um assunto bem recente e simultaneamente brevíssimo na agenda nacional. Levando em consideração a atual gestão governamental do país, essa pauta se encontra inexistente, atestando-se ainda uma política antigênero e antissexualidade, movendo todas as engrenagens possíveis para negá-las, violentá-las e mantê-las dentro do ‘armário’ (CETRONE, 2021).

Em uma breve linha histórica sobre como os movimentos LGBTQIA+ foram se constituindo no Brasil, pode-se retornar à década de 1960, período do início do Golpe Militar que foi um período de intensa instabilidade e rupturas democráticas, com expressões artísticas, culturais e sociais libertárias sofrendo forte censura (QUINALHA, 2018). Segundo Quinalha (2018), conforme os registros documentados na Comissão Nacional da Verdade uma das prioridades foi criar uma subjetividade comprometida com a lógica binária e heteronormativa e para isso se deveria se erradicar toda forma de diversidade que rompia com essas normas. A ditadura militar perseguiu não somente a existência de sujeitos que violassem a cisheteronormatividade, mas se buscou aniquilar qualquer existência tida como desviante das normas sociais hegemônicas (CONNEL, 2005).

Marca-se ao final dos anos 1970 e anos 1980 o início do fortalecimento das discussões que visavam a cidadania e a democracia, com isso, diversos movimentos foram se organizando, incluem-se as reivindicações dos direitos das mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+. Em 1996, marcando a redemocratização no país, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso inclui de forma inaugural e bastante

tímida, os direitos dos “homossexuais” no Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), havendo, apesar do marco, um apagamento das pessoas trans e travestis nas políticas públicas do governo, que tentava manifestar um certo apoio à causa mesmo que distante e imerso em uma política neoliberal e conservadora (QUINALHA, 2018).

Avançando para o ano de 2000 é criada a Associação de Travestis e Transexuais (ANTRA), importante organização na atuação pela luta contra a transfobia e apagamento dentro dos próprios movimentos, abrindo espaço para a outros grupos e coletivos que representavam existências por muito tempo invisibilizadas dentro do movimento, como a comunidade assexual, a não-binária, bissexual e a transmaculina. O potencial fluxo político-social constatado na década de 2000 permite compreender a chegada à relativa tentativa do país de pôr em prática a cidadania LGBTQIA+.

Então, foi lançado em 2004 o Programa Brasil Sem Homofobia, no primeiro ano do governo Lula. De maneira concisa, se trata de um documento criado através do conselho nacional de combate à discriminação, que busca promover a cidadania LGBT+ sob a equiparação dos direitos entre homossexuais e heterossexuais. O documento visa ainda o apoio a projetos de criação e fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT (BRASIL, 2004). Com a causa LGBTI+ relativamente em pauta, foram reconhecidas algumas iniciativas do governo sobre a temática, como a I Conferência Nacional LGBT em 2008, a inclusão da sigla garantindo o respeito à orientação sexual e identidade de gênero na terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos em 2009, a política Nacional de Saúde Integral LGBT+ já em 2011 no governo Dilma.

Entende-se que avanços em outros setores, como na saúde postos em prática no Sistema Único de Saúde (SUS) e na educação voltados para essa população também foram presenciados, importante citar também a Política Nacional de Saúde Integral à População LGBT+, a oferta do processo Transsexualizador no próprio SUS, a adoção do nome social nos ambientes públicos de saúde e acrescenta-se, ainda, as políticas desenvolvidas para o cuidado e tratamento de pessoas portadoras de HIV/AIDS, que apesar de não haver uma relação natural com a população, a condição foi fortemente utilizada como ferramenta de LGBTfobia durante décadas e ainda hoje o tema é muitas

vezes tratado com preconceito relacionando as duas temáticas como formulam Russo e Camargo Junior (2018).

Na área da educação pode-se citar avanços como a adoção do nome social em instituições federais de ensino e os esforços constantes para uma educação sexual e de gênero capaz de combater a LGBTfobia e desmistificar preconceitos nocivos para a vida LGBTQIA+ já na infância e adolescência no ambiente, como mostra uma pesquisa realizada sobre o ambiente educacional no Brasil expondo as experiências negativas de 73% dos estudantes LGBTIs nas escolas realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em conjunto com Grupo Dignidade, com apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR; MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2016). Se pode certificar de como as forças neoconservadoras presentes no Congresso Nacional à época, conseguiram bases e fortaleceram-se ao ponto de em 2011 o governo Dilma acabar suspendendo o projeto Escolas Sem Homofobia.

Constata-se, dessa forma, que um governo que coloque as políticas públicas para sujeitos LGBTQIA+ como uma das prioridades da sua gestão permite, mesmo que lentamente, que o país possa proporcionar a garantia do direito de poder ser visto e cuidado, mas sabe-se também que o fundamentalismo religioso na política e sociedade somado à tendência antigênero e sexualidade já demonstrou forças suficientes para sabotar articulações do próprio governo e que hoje encontra-se nesse lugar de poder. Então, tem-se muito mais fortemente assegurada a perpetuação dessas violações e o acesso a direitos e o exercício da cidadania precários.

O CENTRO LGBT+ DE NATAL/RN

O Centro de Cidadania LGBT+ de Natal nasce a partir da reivindicação dos movimentos e coletivos locais. Vale acrescentar que também é uma conquista do Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT de Natal e reitera-se que o serviço é previsto pelo PNDH III. Apesar do direito garantido por ora, o Centro é fruto de um decreto municipal (11.909, de março de 2020), o que demonstra certa fragilidade enquanto garantia de permanência sabendo que um decreto é passível de desmonte pela

própria gestão atual ou pelas próximas. Foi inaugurado somente em 30 de setembro do mesmo ano, o prédio é dividido entre o Centro LGBTQ+ e o Ambulatório Trans e Travesti, no qual os usuários podem ter acesso a acompanhamento médico e psicoterápico e as equipes têm a oportunidade de poderem se articular de forma mais próxima. A equipe técnica do Centro é composta por três assistentes sociais, duas psicólogas e apoio administrativo (SEMDES, 2020).

Lembrando que o início de atividade do Centro LGBTQ+ se deu em meio a um período da pandemia onde os casos de mortes e contágio por covid-19 estavam elevados e não havia ainda perspectiva de vacinação (G1, 2020). É possível imaginar a complexidade do desafio que foi participar enquanto equipe na construção do serviço que por ser, inclusive, totalmente novo no município, ainda não chegava a ser reconhecido pela comunidade como dispositivo socioassistencial, logo, um trabalho de divulgação também precisou ser feito.

Aos poucos, durante metade do primeiro semestre de 2021 e com o avanço da vacinação pelo país, o Centro voltou com atividades presenciais, e começou, cada vez mais, a apossar-se do perfil de serviço socioassistencial. Os grupos que funcionavam apenas remotos, passaram a ser presenciais e permitiram maiores participações, eventos comemorativos que reuniram toda a equipe e comunidade do serviço que já estava formada, presente e se identificava. Os atendimentos no Centro LGBTQ+ de Natal são realizados no formato de acolhimento psicossocial e escuta qualificada. Há uma tentativa de humanizar esse momento que pode ser invasivo e constrangedor para o usuário dependendo do seu caso. Entende-se que é necessária uma perspectiva que o contexto social e político que está inserido o usuário seja um primórdio para a efetivação desse serviço (BRASIL, 2009).

Conforme suas necessidades específicas pode haver encaminhamento à rede de atendimento, à serviços como de proteção social e garantia de direitos e benefícios socioassistenciais, qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho. Além disso, o Centro oferta a orientação sobre documentação civil e mudança de gênero, acompanhamento a pessoas vítimas de violência LGBTQfóbica; visitas institucionais e domiciliares; benefícios socioassistenciais e qualificação profissional; atividades coletivas; articulação com a rede de proteção e o sistema de garantia de direitos;

articulação com o Conselho Municipal LGBT, em contato com os movimentos sociais e as Comissões de Direitos Humanos do Poder Público e promove debates, palestras, fóruns, oficinas, campanhas e parcerias externas.

O VIVER COMO ATO DE RESISTÊNCIA, SUAS DORES E POTENCIALIZAÇÕES: ALGUNS CASOS ACOMPANHADOS

Foi realizado um levantamento dos casos acompanhados de forma mais aproximada durante o estágio e a partir da análise de prontuário e ficha de acolhimento que é desenvolvida pela equipe de Centro para adequar-se da melhor forma aos usuários do serviço e toma como base o modelo de acolhimento inicial disponibilizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Foram 20 casos e destes, a maioria é trans, preta, de idade entre 17 e 38 anos. As principais demandas identificadas foram mudanças de prenome e gênero nos documentos, carteira de identidade social, mediação de conflitos familiares, que a maioria estava relacionada à não aceitação pela identidade de gênero ou orientação sexual da pessoa acompanhada.

Outras demandas são relacionadas ao Ambulatório Trans e Travesti que tem como os serviços mais acessados a hormonização (hormonioterapia) e a psicoterapia com psicóloga, e a maioria demandava benefícios socioassistenciais, como a distribuição de cestas básicas realizada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) e qualificação profissional para o mercado de trabalho, mediada pelo Centro LGBT+ e realizada a partir de parcerias com o setor privado. Para se possibilitar algumas reflexões foram separados dois casos acompanhados no Centro LGBT+, serão trazidas algumas particularidades de cada caso de forma breve e suas identidades não serão divulgadas em respeito ao sigilo.

CASO 1:

S. é uma mulher trans, negra, de 35 anos de idade e pessoa com HIV. Tem uma vivência marcada por violações de direitos, foi expulsa de casa ainda na adolescência e

no mesmo período passou a trabalhar nas ruas para conseguir seu sustento. Foi encaminhada de um serviço de referência de assistência social, com um diagnóstico médico de esquizofrenia e transtorno bipolar e relatou múltiplas tentativas de suicídio. Em uma das tentativas foi resgatada por um grupo religioso durante o ato, e pelo SAMU foi internada em hospital de referência do município, que antes tinha perfil psiquiátrico e hoje se denomina como hospital geral. Durante a internação, S. foi alocada na ala masculina, e lá relata ter sofrido diversos assédios de outros pacientes, a troca foi feita logo depois sendo alegado descuido de um funcionário da equipe.

Após a internação que durou 3 meses, S. descobriu que foi despejada do lugar onde morava, então precisou se acolhida em um abrigo específico à população de rua. As demandas iniciais de S. eram as retificações nos seus documentos, mas o processo se tornou muito lento por causa de má comunicação entre cartório e outros serviços. S. acabou ficando exausta e desacreditada com serviços públicos e resiste a qualquer forma de contato, justamente pelas várias experiências frustrantes de tentativas de viabilizar sua própria cidadania e só ter encontrado burocracia e desrespeito à sua identidade de gênero. Apesar disso, S. relata o vínculo e confiança com uma psicóloga do serviço de assistência do seu bairro, entende-se que essa profissional é referência de contato, já que em sua fala, S. relata ter sido ouvida e respeitada, então é feita uma mediação com a profissional para o retorno de S. a tentativa de garantir seus direitos que foram negados em tantos momentos de sua vida.

CASO 2:

R. é um homem cis, negro, gay, de 19 anos, é uma pessoa com HIV e com deficiência. Relata uma vivência também marcada por violações de direitos, vivenciadas de formas diferentes tendo em vista as particularidades de cada caso. Apesar de ter perda auditiva desde o nascimento, nunca teve acesso ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), então desde a infância faz uso de amplificador auditivo, fator que o manteve distante da cultura surda e as diversas possibilidades que a Libras proporciona. Sofreu abandono na infância e morou durante a adolescência em uma casa de acolhimento para crianças e adolescentes, lá sofreu diversos tipos de abusos, violência física, racismo, LGBTfobia, capacitismo e exclusão.

Relata que ainda no início da adolescência quando chegou ao serviço, foi pedido pela própria coordenação que seu cabelo, que era longo na época, fosse raspado e suas roupas fossem trocadas por serem femininas e assim foi feito. Em seu primeiro contato com o Centro LGBT+ relata não ter informações sobre HIV/aids apesar de ser portador do vírus. Então foi feita a solicitação de benefício eventual, que são as entregas de cestas básicas pela SEMTAS, encaminhamento para o tratamento médico adequado de HIV e atendimento psicológico solicitado por ele mesmo, foi feita também uma articulação com um centro de saúde auditiva referência no segmento para o acompanhamento, onde se oferta ensino e acesso à Libras.

Os casos se permitem que se reflita sobre como o racismo e a transfobia se tornam palpáveis nas histórias dessas pessoas e como se inserem em suas relações com a sociedade. Esses marcadores têm o poder de quase definir como será a vivência em certo ambiente ou situações específicas e um dos complexos visuais, simbólicos e líricos que se expressam as intersecções estão no corpo, que como pontua Foucault (2001), o corpo torna-se parte de um processo onde o poder opera nas sociedades, tendo as relações de poder uma íntima relação ao corpo que é político. As negações de espaços em uma sociedade racista e transfóbica limita as possibilidades e maneiras de existir.

A LGBTfobia assim como o racismo tem seu processo estruturante na sociedade e na sua cultura, produzindo a subordinação e marginalização dos corpos negros e LGBTIs (REGO, 2021). Nos casos citados pode-se perceber também a forma como o racismo, a LGBTfobia e o capacitismo sofrido por R. durante sua experiência em uma casa de acolhimento para adolescentes, impactou diretamente em sua vida e a constituição de sua subjetividade, sendo negado seu direito básico de comunicar-se e apropriar-se a partir de uma língua que o incluísse e não a que tentasse o adequar às normas impostas pela população ouvinte de como se deve comunicar (REGO, 2018).

Já o impacto da violência institucional que S. sofrera em um hospital de referência ao ser alocada em uma ala masculina e conseqüentemente sofrer de assédios de outros pacientes considerando ainda que esta pessoa estava sob internação após uma tentativa de suicídio, expõe de forma explícita o desamparo do Estado nas vidas desses sujeitos e como essa falta se faz presente ocasionando a morte física ou simbólica das pessoas trans. Rego (2018) vai citar a partir de uma perspectiva foucaultiana sobre como atua o Estado

em relação ao poder de corpos, que o extermínio de minorias sociais se manifesta também a partir das raízes deixadas pelo colonialismo que envolve o genocídio indígena e a escravização de pessoas negras (REGO, 2018).

As reflexões acerca das experiências no Centro também levaram a perceber como a patologização das vidas trans e travestis é muito presente no suposto cuidado e suposto saber biomédico e psiquiátrico, já que mais da metade dos casos acompanhados tem diagnóstico de algum transtorno. Vivências estas marcadas por violências e que se desviam do ideal de como se deve viver, segundo as compreensões da hegemonia cis heteronormativa (FERREIRA, 2018). O que se parece é que apesar da transexualidade não estar mais classificada de transtorno mental na 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), a ideia patologizante continua sendo exercida na prática, fazendo uso, obviamente, de outras nomenclaturas, somando esse fator à medicalização das vidas (CRP-SP, 2019).

NECROPOLÍTICA, PANDEMIA DE COVID-19 E A POPULAÇÃO LGBTQIA+

Esses sujeitos são submetidos diariamente a múltiplas formas de violências, como física, sexual, psicológica, moral e patrimonial, além da violência institucional, como pode-se constatar no relato de R. no segundo caso. Baseando-se em alguns dados percebe-se o quão nocivo tem sido ser trans e travesti no Brasil: somente em 2017, foram assassinadas 179 pessoas trans com um significativo aumento de 60% em relação ao ano anterior (ANTRA, 2018).

Além disso, as violações também estão na negação dos direitos básicos como a expulsão de casa ainda na adolescência, negação de banheiros públicos para pessoas trans, acesso à saúde e aos templos religiosos. Portanto, constitui-se uma população em condições de exclusão e vulnerabilidade psicossocial que enfrenta barreiras de acesso democrático a espaços públicos e de cuidados, agravando dessa forma, a saúde mental dessas pessoas, contribuindo com o aumento da incidência de casos de suicídio (BENEVIDES; AGUIAR, 2018).

A pandemia de COVID-19 expôs ainda mais fortemente como o sistema capitalista no contexto nacional atua em um mecanismo desumano e explorador por meio da desigualdade social, que é agravada violentamente desde 2020, multiplicando o desemprego, a fome e a precarização de vidas (BRASIL, 2021). Quase que de imediato, o governo federal colocou em suspense sua responsabilidade enquanto gestão do enfrentamento à grave crise sanitária que se aproximava, no mesmo momento em que criticava e se negava a cumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O governo Bolsonaro passou por fases como a promoção de aglomerações em períodos de alta de casos, propaganda de medicamentos sem eficácia, uso de *Fake News* e levantou desconfiança sobre as vacinas e demora em fornecê-las, o que resultaria mais tarde em investigações de esquema de corrupção analisadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, nomeada de ‘CPI da COVID’ (G1, 2021). O resultado global da situação foi o aumento de 22% de casos de feminicídio e 40% mais casos de assassinatos de pessoas trans. A cesta básica aumenta o preço, ao passo em que o auxílio emergencial cai 50% numa conta que só amplia as desigualdades para quem já vive a subalternidade (BRASIL, 2021).

Condensando o estudo de Foucault sobre biopoder, entende-se que parte da ideia de que alguns sujeitos podem prejudicar o andamento do sistema e a vida de toda a população, o que justificaria uma eliminação de uma pessoa ou um grupo para prover a uma purificação de uma sociedade ou nação a partir do fazer morrer. O biopoder está relacionado à forma de controle social que é relativa a processos disciplinares que são postos para se desenvolver uma governabilidade. Na biopolítica o corpo apenas se torna útil e reconhecido se for submisso ao Estado e possa fornecer a ele uma produção com o intuito de controlar as coletividades (FOUCAULT, 2001).

É baseando-se nesses conceitos estudados por Foucault que Joseph-Achille Mbembe propõe a conceituação da necropolítica, conceito este que se pode compreender uma governabilidade genocida em países que passaram pelo processo de colonial e se esbarram em seguida com uma crise capitalista e social, trazendo uma análise de que existe nessa instrumentalização um critério racial para definir quem será deixado para morrer (MBEMBE, 2016). Berenice Bento em artigo ‘Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?’ resgata o conceito entrelaçando às questões das pessoas trans, travestis

e negras e sugere que o Estado é o principal agente na desumanização de alguns sujeitos e o reconhecimento da humanidade de outros.

A partir dos estudos propostos por Mbembe (2016), fica possível compreender que necropolítica se apresenta em diversas intersecções e ambientes como através das mortes produzidas pela polícia, da superexploração da força de trabalho no modelo capitalista, no acesso negado e inexistente à saúde, educação, da atuação do sistema judiciário para atender interesses das elites, de um sistema presidiário racista, portanto, uma tecnologia de origem colonial e construída especificamente para se atuar nas governabilidades.

Em seu trabalho anterior, Bento (2014) lembra que no Brasil há um desinteresse também no fornecimento de dados oficiais a respeito de crimes relacionados a orientação sexual e identidade de gênero, mesmo sabendo da existência contínua e expressiva da violência contra essa população, abrindo ainda mais margens para a invisibilização e dificultando ainda mais o acesso destes sujeitos a políticas públicas, ou seja, ato de negligência que funciona como ferramenta de necropolítica, de manutenção da morte. Morte esta que não se limita ao corpo físico, mas segue sendo promovida a partir da impossibilidade de uma vida com dignidade, precarizando de forma estrutural as condições de vida (BENTO, 2018).

No Brasil, o conceito pode ser empregado de forma bastante análoga ao que Mbembe discorre enquanto o uso de ferramentas do Estado para promover a sujeição de grupos minoritários, as diversas violências que são submetidos e ainda o ato de negligenciar suas existências encaixando-se ao conceito de “fazer morrer e deixar morrer”, a morte identitária que se diz também da cidadania. É removida desses sujeitos sua existência, seja em espaços de públicos de convivência daqueles onde somente alguns grupos podem frequentar ou de espaços de poder onde se há a oportunidade de se propor mudanças de realidades, ou mesmo, como se pode averiguar, do fornecimento de seus dados (BENTO, 2018). É negado a esses grupos a perspectiva de futuro, de família a qual o conceito é propositalmente equivocado pelo próprio Estado e de formas de viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato teve como objetivo trazer as experiências de estágio vivenciadas no Centro Municipal de Cidadania LGBT+ de Natal (RN) bem como desenvolver uma discussão a partir de uma visão crítica e aprofundada sob a luz de preceitos teóricos-científicos norteadores para a prática psicológica assistencial além da atenção e respeito à diversidade sexual, de identidade de gênero e de vivências que marcam a prática no serviço.

A partir de uma análise do campo, realizada no decorrer deste trabalho, percebe-se preliminarmente a significativa importância da construção de um espaço legítimo voltado para a promoção dos direitos à população LGBTQIA+ sobretudo da população trans e travesti, principalmente incluindo a interdisciplinaridade, o atendimento multidisciplinar e é percebido como os movimentos sociais são necessários para a efetivação dessas políticas públicas no empenho de cobranças aos responsáveis pelo poder público.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. O longo caminho contra a discriminação por orientação sexual no Brasil no constitucionalismo pós - 88: igualdade e liberdade religiosa. Revista Libertas, Ouro Preto, v. 1, n. 1, jun. 2013.

BBC BRASIL. São Paulo, out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54472139>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BENEVIDES, Bruna G. e AGUIAR, Maria Eduarda. LGBTfobia Estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+: Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018, Rio de Janeiro, 2018.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos Pagu, Brasília, fev. 2018.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

BRASIL. Andrey Lemos. Ministério da Saúde. Pandemia, LGBTfobia e os impactos das negligências do Estado para esta população. Portal Conselho Nacional de Saúde. Brasília, mar. 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1640-artigo-pandemia-lgbt-fobia-e-os-impactos-das-negligencias-do-estado-para-esta-populacao>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde RESOLUÇÃO Nº 2, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011. Estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CETRONE, Camila. LGBTfobia não é combatida, mas impulsionada no Brasil de Bolsonaro. Ig Queer, São Paulo, maio 2021.

CONNEL, Robert W., Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, Sydney, v. 19, n. 6, p. 829-859, dez. 2005.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. *Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 2*. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.

FERREIRA, Larissa de Castro Marção et. al. DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA SAÚDE MENTAL: Aproximações e experiências no campo da pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Juiz de Fora, mar. 2018.

FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber: história da sexualidade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. v. 1.

G1. Rio de Janeiro, out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/02/brasil-termina-setembro-com-22371-mortes-pela-covid-19-apontam-secretarias-de-saude.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2021.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte e ensaios*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 21 nov. 2021.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. *Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos*. 14/05/2018. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

QUINALHA, Renan. Dossiê: O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. *Revista Cult*, São Paulo, jun. 2018.

QUINALHA, RENAN. OS DIREITOS LGBT SOB O GOVERNO BOLSONARO. LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, BRASIL, MAIO 2019

REGO, Yordanna Lara Pereira. “Combinamos de não morrer”: transfobia, racismo e resistência à necropolítica entre pessoas trans negras em Goiás. 2021. Tese (Mestrado) - Curso de Ciência Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.